

CIDADANIA PLANETÁRIA, UM OLHAR DA PEDAGOGIA SOCIAL, EMERGÊNCIA DO SÉCULO XXI.

Sandra Butschkau Lourenço

José Valério Cerqueira de Mattos

Grupo PIPAS-UFF (Brasil)

RESUMO

A partir de interações realizadas com a secretaria de Direitos Humanos da cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, e a nossa pesquisa junto ao grupo PIPAS-UFF¹, coube a nós autores deste texto dar ênfase às relações Ser Humano-Natureza, ou a falta destas, em encontros realizados no Caminho Niemeyer, localizado daquela cidade, pesquisa esta que entendemos ser essencial ao atual contexto climático. Neste ponto destacamos o olhar especial, a respeito dos direitos humanos, de que estes são amplos, porém não são comumente exercidos. Desta forma a questão climática é um destes direitos que atingem principalmente os mais vulneráveis, objeto da Pedagogia Social. Assim buscamos dar ênfase a ideia de uma cidadania de caráter planetário, principalmente no que tange a reflexões sobre as ações de coexistência de seres humanos e natureza com as demais formas de vida. Em vista disso, a nossa participação no curso de Pedagogia Social, Direitos Humanos, e Cidadania Planetária foi o de trazer à tona estas discussões necessárias, do nosso papel diante do contexto sócio ambiental que se apresenta, a fim de proporcionar debates que venham trazer a conscientização do nosso papel neste contexto, tanto local como global. Dentro desta perspectiva inseridos na metodologia ação, que transborda em questionamentos e dialoga entre seres humanos sobre o exercício de como estar no mundo.

¹ PIPAS-UFF: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão de Formação Inicial e Permanente de Educadores de Crianças em Situação de Vulnerabilidade Social

Dentre as principais reflexões destacamos a relevância de outros modos de vida, e de outras cosmovisões fora da cultura hegemônica, pois destes outros modos de vida emergem práticas sustentáveis que possam mitigar a situação ambiental. Após estes encontros levamos o tema para outros lugares de debate com encontros que visam destacar a importância da natureza na consciência de participantes e demais interessados no tema, tais como no curso de extensão, parcerias com redes ¹ambientais afins e projeto vinculado à nossa pesquisa em escola do município.

PALAVRAS CHAVES: Direitos Humanos, Educação Ambiental, Cidadania planetária, modos de vida, Ser e Estar.

INTRODUÇÃO

Houve um tempo Em que a terra no seu esplendor,
Alimentava o mundo com alegria e amor,
Dela brotava a planta, tinha respeito e valor[]
Mas o homem, filho da terra,
Que por ela foi moldado,
Escravizado na arrogância, Dinheiro, um pecado,
Secou o rio, retalhou a terra, Deixou tudo mudado
(Kambeba, 2020)

Imbuídos dos preceitos da Pedagogia Social que visa os segmentos mais vulneráveis da população, estes diretamente afetados de forma mais aguda, em enchentes, deslizamentos, secas, invernos rigorosos, calor extremo, falta de água, e ainda outros tantos fenômenos naturais. Então

¹ RFS: Rede de Favela Sustentável, organismo social com objetivo de divulgar e fomentar ações ambientais.

é parte de nossas ações anunciar práticas e possibilidades para acolher as diversas vulnerabilidades ambientais.

Por isso, as palavras de que “o homem é filho da terra” nos sensibiliza, e ao nos deparar com as estas inúmeras vulnerabilidades sentimos a urgente necessidade de conscientização e de novas possibilidades de interação. Iniciamos na cidade de Niterói, junto a Secretaria de Direitos Humanos, tendo como foco estes vinculados ao meio ambiente, demandas vinculadas ao tema de pesquisa Pedagogia Social em Conversa com Outros Modos de Ser, e Estar. Assim pudemos apresentar estas reflexões nestes encontros vivenciados entre Secretaria e nosso Grupo de Pesquisa, PIPAS-UFF.

Prosseguimos com questões que já vinham sendo discutidas por nossos pesquisadores, e que abarca inúmeras vulnerabilidades presentes: na educação infantil, da educação de jovens e adultos, acolhimento em tempos de pandemia, impossibilidades de acesso às tecnologias, a convivência amorosa e ainda, as reflexões necessárias em relação ao contexto climático; pois todas elas são tangenciadas pela situação climática. Desta forma acreditamos que, ao abordar e conversar com estes temas: com olhar do que é ser cidadão planetário? Como refletir sobre estes modos sustentáveis de ser, como tema central dos encontros?

Portanto tendo na Educação em Direitos Humanos, como objetivo central a formação para o exercício da cidadania participativa e democrática, aprofundando os laços para uma convivência comunitária ativa no que tange às ações como prática, como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regional, nacional e global. (Programa de direitos humanos, 2021).

Assim o exercício da cidadania vai além do olhar local, estão na ordem planetária mundial, dos direitos e deveres. Desta forma buscamos trazer o olhar com sentido mais amplo do que é Ser Cidadão Planetário. Ao vermos o cenário atual podemos dizer que a cada época tem a sua singularidade, reflete uma intenção, um sentido, em alemão existe uma palavra que traduz o

espírito deste momento “Zeitgeist”, ela caracteriza o conjunto do clima intelectual e cultural do mundo a dada época. Este “ Espírito do Tempo” traz um sinal, um sentido, caminho que se faz necessário. Retrata e reflete o atual clima momento, o qual exige cuidados, e ainda mais, como em nosso entendimento, exige atitudes. E os encontros junto à Secretaria de Direitos Humanos de Niterói pode nos trazer esta oportunidade, de ir além dos muros da universidade, bairro, de ter Um olhar para o Planeta, de maneira a abarcar a pluralidade de entendimentos, modos de vida e cosmovisões, com um cuidado especial para as relações homem-natureza.

Entretanto trazer para a conversa modos de vida, e a pluralidade cultural a respeito das relações socioambientais passa pelo exemplo de sustentabilidade dos povos tradicionais, que têm em suas práticas o respeito à natureza e aos seres que os cercam fazem parte do seu cotidiano. Ressaltamos ainda a fala especial da Carta da Terra na qual revela o momento crítico da história:

De que a humanidade deve escolher o seu futuro [...] reconhecer que temos uma infinidade de culturas, uma comunidade terrestre com um destino comum [...] é imperativo que nos povos da Terra declaremos nossa responsabilidade uma para com os outros (CARTA DA TERRA, p:1)

Está responsabilidade dita na Carta converge com “o ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum a todos os povos, e sua proteção um dever sagrado. Por isso, salientamos a importância das relações do Ser Humano com o Meio pois “nunca o homem precisou tanto se entender como natureza” (Marx, K). Damos ênfase para a visão da Pedagogia Social do século XXI vista em (BOFF, apud ARAÚJO, 2015, p:38) de que sem o cuidado, ele (o humano) deixa de ser humano [] e autora ainda faz menção a outra questão que a defesa da terra começa no interior de cada um de nós.

Inclusive no momento que escrevemos sobre os encontros, a realidade nos apresenta de maneira trágica a vulnerabilidade climática e a necessidade de olhar para outros Modos de vida devido aos acontecimentos no Sul do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, chuvas torrenciais muito além

do esperado já deixam inundadas grande número de cidades, e o que vimos foi o deslocamento de milhares de pessoas, mais de cem mortos, e quem são os mais atingidos aqueles que já nada possuíam, ou desassistidos das políticas públicas, na prevenção e um olhar que pudesse mitigar a situação quando ela se apresentasse.

Destaque para as contínuas ondas de calor extremo por dias seguidos que modificam até práticas sociais e costumes. No Rio ir a praia à noite já é um hábito, e a distribuição de água para a população acontece já há mais de um ano. Estas vulnerabilidades são de cunho global ficaram circunscritas ao Brasil, tivemos também as elevadíssimas temperaturas na Índia e na Europa, bem como maior número de incêndios. E ainda chuvas torrenciais nas ilhas do Pacífico Sul, impactando gravemente pessoas de um país com uma condição vulnerável já acentuada.

Desta maneira, em uma abordagem sócio pedagógica da educação ambiental e dos direitos humanos devemos levar em conta aspectos da responsabilidade de todos, principalmente no que nos leva a injustiça climática presente em muitas situações. Conforme se acentuam as vulnerabilidades climáticas estas afetam a todos nós, porém de forma desigual, é nítido ver a quem ela causa maiores danos, àqueles que já sofrem dificuldades no acesso a água, a moradia segura em constante insegurança devido às inundações e deslizamentos resultado de índices alarmantes de chuvas. Acreditamos que se faz necessário termos um outro olhar a respeito do assunto, e desta maneira:

Suscitar que o ser humano conheça o seu meio para que possa agir de forma ética e responsável, deixando de agir como se não houvesse consequências, ou como se a natureza fosse infinita. Trazer a educação para uma vida, através do respeito, responsabilidade e solidariedade". (CARNEIRO, 2006, 4 de setembro de 2012).

Ao incentivar o agir, pensando nas futuras consequências sócio ambientais temos em mente uma nova abordagem, a construção de uma sociedade com visão ambiental, que possa abrir caminho a um desenvolvimento econômico sustentável em busca da justiça social, com foco nas causas e

consequências do atual modelo de sociedade. Iniciamos com a construção de um documento orientador dos Direitos Humanos, com a visão da Secretaria de Direitos Humanos, da cidade de Niterói no contexto do ano de 2022, em busca da transformação pautados nos seguinte princípios:

VII - transversalidade e globalidade;

VIII - sustentabilidade socioambiental;

XI - reconhecimento e inclusão de povos originários e comunidades tradicionais, como quilombolas e caiçaras, com preservação de memória, saberes, modo de vida e cosmovisão social.

Princípios estes, que conversam com a Pedagogia Social no sentido de transformar a realidade da busca de “Ser para o Outro”, o de arcar com as consequências de suas ações, mudar comportamentos e mais ainda a busca de uma justiça restaurativa, a fim de trazer uma maior amplitude humana, tendo como base a educação, e desta maneira conscientizar o papel dos sujeitos em sua existência. Em virtude deste paradoxo se faz urgente refletirmos sobre o modo de vida dos povos originários, que há muito vem protegendo os recursos naturais, deixando lições, trazendo como exemplo a sustentabilidade Guarani, que em sua cosmovisão afirmam que a terra é boa, usam o sistema de rodízio importante para não exaurir seus nutrientes (mesmo desconhecendo a palavra) e mais que a terra é lugar para caçar e colher frutas. A mata fornece material para cestos, arcos, rituais e itens para os rituais. E ainda tem na espiritualidade a busca para encontrar a Terra sem mal

[...] A biodiversidade, as águas doces estão todas em terras indígenas. Nós, os índios que estamos cuidando ao longo do tempo, nunca tivemos oportunidade de compartilhar o que significa este patrimônio. (MORIN, 2000, p:18)

Buscamos deixar claro em nossos encontros que não se trata de seguir fielmente o modo de ser dos povos tradicionais, mas sim como um exemplo sustentável em muitas práticas. As demandas são de cunho mundial e devem ser discutidas em todas as esferas, na educação, nos grupos comunitários, nas cidades, de maneira a buscar na ancestralidade e modos de vida “outros” a sustentabilidade, e ainda denunciar que o bem estar no consumismo exacerbado de uns, acarreta aos demais seres, diversas outras vulnerabilidades, desde da extinção de espécimes ao deslocamento forçado de enormes contingentes de seres humanos, bem como os demais seres que habitam o planeta. Desta maneira incentivar o consumo consciente, e o olhar para outros modos de vida que não destruidores do meio em que vivem, do qual muitos dependem:

A ilusão de que a terra lhe pertence, e se todas as demais espécies de vida, conseguem obter sustento, porque nós agimos sem consequências, o planeta se encontra loteado, onde apenas alguns tem uma quantidade de riqueza jamais será capaz de utilizar. (CARNEIRO, 2006).

Este modo de ser e estar traz a luz os direitos da natureza, e traz o tema para uma discussão central em nossas conversas, e para tal pautamos a princípio afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a importância de um novo olhar para nossas práticas . Esta maneira sem consequência nos levou ao cenário global atual, de forma a desconsiderar o uso dos recursos que são finitos. Os recursos sendo exauridos são uma preocupação comum a todos os povos, e aqueles com outras cosmovisões, que agem de maneira a respeitar os ciclos da natureza, em sua vitalidade, a diversidade e a beleza da Terra, e a tem como sagrada sofrem perseguições de toda sorte. E, vêm com indignação e torna-se cada vez mais árida e inabitável.

Percebemos que ao denunciar e refletir sobre esta questão, a Pedagogia Social se faz como Justiça Restaurativa no sentido do ethos planetário, e de superar contradições – por meio do diálogo, de forma reflexiva. Onde os sujeitos descobrem seu posto no Cosmos e se inquietam em busca de

“Que”; “Como” e “Como está sendo”, e ainda discutir o paradoxo da civilização do consumo no mudar do Ter para Ser.

Trazemos para todos uma questão. Qual seu objetivo, qual sua pegada? Qual seu legado em relação ser e estar no mundo.



Imagen criada pela própria autora, 2022.

Ressaltamos ainda a questão da cultura que afasta o ser humano da natureza, para ilustrar com Daniel Munduruku percebe a respeito:

Ao descobrir-se incompletos, sem as ferramentas necessárias para sua sobrevivência, o ser humano foi tendo que inventá-las, conseguir se alimentar, moradia [...] os demais seres já traziam ferramentas necessárias para a sua sobrevivência. (BOFF, Prefácio 2022, p:63)

E o autor segue dizendo que a cultura é a maneira de darmos resposta às nossas necessidades, e que a natureza não se questiona sobre o sentido da vida, já é completa em si. Já a cultura precisa de respostas, e no nosso planeta há uma pluralidade de respostas, e não mais certa ou errada e sim, em busca desta completude, tais como para onde vou; o que faço neste mundo? A multiplicidade de respostas levou a muitas contradições principalmente no que tange sobre o nosso papel no cenário universal. E a cultura hegemônica foi ganhando vida vez mais espaço, e a sabedoria dos povos originários, sua pedagogia, seu modo de lidar com a natureza foi perdendo para o conhecimento, devido a imposição dos povos que os oprimia. O que nos remete ao cenário de hoje, da injustiça para com os saberes dos povos originários, e também daqueles que tem nos ciclos da natureza seus ensinamentos.

Ao pensarmos sobre a justiça social global temos uma afirmativa de como se dá este contexto em Boaventura Souza Santos, de que o mundo tem uma visão monocultural do mundo, e que este fato causa uma dualidade antropológica e ética, esta negação radical produz, para além da negação de estatuto epistemológico aos saberes diversos uma dualidade antropológica e ética: os seres humanos do Norte e a ausência de humanidade no Sul. (BOAVENTURA & MENESSES, 2009, p:184) na qual um conhecimento limita outros saberes, causando a fragmentação do saber, e a dissociação do lugar que o ser humano ocupa no planeta.

Naquele momento falávamos em colonialidade, porém mais adiante pudemos perceber que a discussão sobre o assunto se acirrou, em uma conversa entre Fleury e Freire, sobre

decolonialidade descritas por (BENTES & LOBATO, 2012, p: 259) de que as relações que predominam são as da colonização da América pelos europeus, pois pressupõe-se que a civilização europeia seja universal e homogênea. E neste modo o saber se constrói na colonialidade. As outras culturas são vistas como particulares e, portanto, inferiores.

Portanto ao desconsiderar o conhecimento popular e ainda não valorizar o fazer social dos diferentes povos, e novas epistemologias, dos saberes plurais e de conhecimentos heterogêneos, causa uma injustiça em relação aos saberes e modos de ser. Por isso, quando falamos em lutar por uma justiça global é uma luta pela justiça cognitiva, no qual práticas de ambos hemisférios sejam igualitários, o respeito à modos de vida outros com um sentido, ou uma busca por maior proximidade com a natureza seja levado em conta.

Se a nossa relação com o planeta for a de uso ilimitado dos recursos seguiremos para exaustão destes recursos e que, não podemos ter como modo de vida para todos o modelo de sociedade consumista atual e sim buscarmos alternativas, para quem produzimos, e como produzimos podemos evitar e mitigar situações ambientais críticas.

Relação divina com o Planeta

Após o declínio da sociedade medieval na qual natureza e sociedade caminhavam juntas, a modernidade chegou e tirou o divino do entendimento separando a natureza da sociedade que produzia cultura, como se fosse dois pontos que não se tocavam. Pois para os modernos existia o modelo ideal de realidade, a natureza pronta para ser conhecida e até expropriada. Porém ao diminuir o divino desta relação o homem tornou-se alienado a ela, apenas os povos tradicionais e originários mantiveram este contato estreito com a natureza, por isso eles nos remetem a este cuidado, este respeito necessário para mitigar as questões que se apresentam, pois seu modo de ser, a cultura e costumes se intercruzam com os ciclos da natureza. A relação dos Incas, povo da América do Sul, com sua construção, o aproveitamento da geologia visando o equilíbrio com a natureza. Os caiçaras por exemplo observam as marés para obter êxito em suas empreitadas. Os

coletores de castanha conhecem cada árvore, cada animal e sabem da importância no equilíbrio de todos os seres habitantes da floresta. O que dizer da cosmovisão indígena que respeita os fenômenos da natureza, a chuva, a migração de certos animais. Portanto temos a necessidade de proteger essas populações não apenas para a sobrevivência delas, mas também pelo conhecimento que possuem e que podem compartilhar conosco para mitigar os diversos acontecimentos climáticos.

Abordamos ainda uma maneira diferente de mensurar o desenvolvimento, enquanto os modelos tradicionais têm como objetivo primordial o crescimento econômico. Por isso lançamos mão, de indicadores de qualidade de vida não comumente usados como o FIB (Felicidade Interna Bruta) criado pelo rei Jigme Singye Wangchuk, este índice busca mensurar o desenvolvimento a partir da felicidade demonstrada pelas pessoas, levando em conta a garantia de seus direitos sociais. Há o Ministério da Felicidade, que planeja o bem-estar de todos o (FIB) é avaliado pelo governo com critérios como desenvolvimento econômico sustentável, preservação das tradições, conservação do ambiente e bom governo. Criado pelo rei Jigme Singye Wangchuk, o Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) é hoje a realidade mais concreta de indicadores que medem o desenvolvimento a partir da felicidade demonstrada pelas pessoas, a partir da garantia de seus direitos sociais.

Ao refletir em conjunto com os participantes dos encontros sobre a conscientização buscamos despertar e incentivar a nossa relação com Planeta Terra, de qual seria a nossa missão? Temos consciência do nosso papel? Buscamos então problematizar na fala Freire sobre o expandir da consciência. E assim ir além do cotidiano e refletir com ele, de que a humanização ocorre quando a consciência se expande além das questões cotidianas e transcende, refletindo sobre suas ações. (FREIRE, 2013, p: 25).

Considerações finais

Segundo Freire “para termos um Despertar consciente além das questões cotidianas temos que expandir e refletir sobre nossas ações “ e transcender para a consciência de mundo é mediar o diálogo em uma construção coletiva no sentido de assumir responsabilidades. No entanto é necessária uma ação ousada dos envolvidos para exigir um meio ambiente saudável, e de afirmar que este é um direito, acreditamos que estas reflexões vem proporcionar outros olhares para novas políticas públicas, de modo a abarcar práticas econômicas, sociais e ambientais que possam ser transformadoras, e ainda dêem conta dos paradigmas emergentes deste século. Ressaltamos a importância da participação dos sujeitos no cotidiano e nas interações locais, bairro, cidade e mundo.

E, ainda ao expandir o olhar, não basta focar apenas no material, não resolve, nosso olhar não pode estar dissociado do espiritual (Jornada da Pedagogia Social, Outubro, 2018) tendo em vista a diversidade de cosmovisões. Segundo a Ciência passaram aproximadamente 100 bilhões de seres humanos pelo planeta Terra desde o início da Humanidade. E mais reinos animal, vegetal, mineral, e outros reinos que pouco ou nada conhecemos. Reinos visíveis e possíveis invisíveis, segundo certas culturas, e ainda nas dimensões micro e macro. Entretanto a Humanidade prescinde de deveres e direitos, em especial no cuidado das demais existências que habitam este planeta azul, uma diversidade de infinitas e múltiplas formas de vida.

E se ainda levarmos em conta que o planeta é um Ser vivo, que este não está livre das Leis do Karma, lei pouco estudada tanto por teólogos, metafísicos e filósofos. E que este karma não é eterno, ele se movimenta, se transforma em conexão com todos que nele habitam, falamos de um comprometimento do planeta com a vida dos demais seres: reino animal, vegetal e mineral. É compromisso do Ser Terra receber, manter e assistir a cada forma de vida e existência individual ou coletiva de cada um dos reinos.

Quando acima falamos dos modos de vida sustentáveis e destacamos os povos tradicionais, trazemos em Sócrates sobre a transcendência da alma (Sócrates), pois estes vêm a Terra como mãe Gaia, respeitam o Ser Terra. Em sua cosmovisão acreditam e vivenciam a integração dos seres com a natureza, sentem-se como natureza, não estão apartados dela. Portanto é urgente e necessário anunciar que os Direitos da Natureza juntamente aos Direitos Humanos devem ser exigidos, pois cada árvore do planeta é um patrimônio, e que podemos aprender muito com os povos tradicionais e também os originários para preservar os seres habitantes deste planeta. E que não deve haver apenas um modo de vida a ser considerado, e sim múltiplos modos de ser e estar no mundo, que venham a permitir dar qualidade e sentido à vida, diferente do sistema hegemônico do cenário atual.

Identificamos que os envolvidos buscaram um maior envolvimento com ações de cunho ambiental, e também houve outras interações em outros sítios que proporcionaram trocas essenciais tanto nas ações do Grupo PIPAS, quanto em novas parcerias e atividades de cunho ambiental, bem como da inserção do tema no curso de Extensão em Pedagogia Social, da Universidade Federal Fluminense.

Bibliografía:

ARAÚJO, M.M. Pedagogia Social: diálogos com crianças trabalhadoras. (2015), Vol. VIII, 1º São Paulo, Expressão e Arte Editora.

BOAVENTURA de Sousa Santos e MENESES, Maria Paula Org: (2009). Epistemologias do Sul. Revista Lusófona de Educação, revistaEDU13FINALfinal2. <https://boaventuradesousasantos.pt/media>

BOFF, L., Saber cuidar - ética do humano - compaixão pela Terra. (1999), Petrópolis: Vozes.

....., O casamento entre o céu e a terra { livro eletrônico}: contos dos povos indígenas do Brasil/ Leonardo Boff, (2022), São Paulo, Planeta Brasil.

CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. Fundamentos epistemo- metodológicos da educação ambiental. Educar, Curitiba: UFPR, n. 27, p. 17-35, 2006. Revista Educação Ambiental, Nº 41, 04/09/2012, Educação e Pedagogia Ambiental como Conceito e Proposta Escolar. acesso em abril, 2023.<https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1320>

MARX, K. apud Andrioli, Antônio I., (2007) V Colóquio Marx e Engels, A atualidade de Marx para o debate ambiental, MARX, (1968: 516)2. Pg 1 UNICAMP https://www.google.com.br/url?q=https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt2/sessao3/Antonio_Andrioli

CARTA DA TERRA, pdf. Gadotti, (2010) - Instituto Paulo Freire, Acesso em Junho 2022.<https://docs.ufpr.br/~dga.pcu/Carta%20da%20Terra.pdf>

MORIN, E. ,A cabeça bem feita, (2000), Rio de Janeiro, Ed. Bertrand do Brasil.

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, Secretaria de Direitos Humanos, Brasilia, 2010. Acesso em Maio de 2022.https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido, (2013), São Paulo, 55º edição, Ed: Paz e Terra.

BENTES, J. A. O. & LOBATO, G.K.H.; Alteridade e diálogo em Paulo Freire, Entrevista com Reinaldo Matias Fleiuri, Revista Periferia Educação, Cultura & Comunicação, v.12, n.1, p:248-270, jan./abr. 2020. Acesso em Junho de 2024. DOI: 10.12957/periferia.2020.48449.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO: Butschkau Lourenço, S., Cerqueira de Mattos, J.V. (2026), Cidadania planetária, um olhar da Pedagogia Social, emergência do século XXI. En: <http://quadernsanimacio.net> nº 43, Enero 2026; ISSN: 1698-4404.